

Contribuinte paga a conta

- 7 JAN 1994

Jorge Rosa

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, tem demonstrado uma invejável disposição para o diálogo. Ele partiu para um verdadeiro corpo-a-corpo com as principais lideranças políticas em busca da aprovação do ajuste fiscal, condição fundamental para conter o processo inflacionário, que já ameaça pular a barreira dos 40 por cento. Mas, o ministro já começa a fraquejar e admite negociar uma "flexibilização" na emenda constitucional que bloqueia 15 por cento das transferências obrigatórias para estados e municípios. Traduzindo: o ministro resolveu ceder os anéis para não perder os dedos.

O azar do ministro Cardoso e, talvez, do Brasil, é o danado do ano eleitoral. Os políticos que tentam viabilizar suas candidaturas a um novo mandato, tornam-se mais susceptíveis aos apelos de suas bases eleitorais, vindas de governadores e prefeitos. Afinal, é preciso admitir que a resistência política ao plano do ministro Cardoso não se justifica se levarmos em conta que o aumento da carga fiscal representa apenas 0,93 por cento do PIB.

A criação do Fundo Social de Emergência, a ser formado em parte (cerca de 23 por cento) pelo aumento de cinco por cento nas alíquotas dos tributos federais e pelo bloqueio de 15 por cento das transferências para estados e municípios, dará ao Executivo a possibilidade de romper, em parte, com as amarras das chamadas vinculações obrigatórias, restituindo-lhe o poder de definir onde melhor alocar seus recursos. O Fundo deve girar algo em torno de 15,8 bilhões de dólares.

Os políticos brasileiros, apesar do ano eleitoral, devem considerar que a ênfase dada pelo ministro Cardoso às medidas de caráter fiscal se justificam plenamente. Ten-

tativas anteriores de estabilização econômica fracassaram, seja por falta de rigor nesta área, seja por incapacidade de vencer as resistências políticas, conforme adverte o Ipea, por meio de sua Carta de Conjuntura de dezembro. A essência do plano do ministro Cardoso consiste exatamente no esforço de impedir que a União recorra a fontes de financiamento inflacionárias, responsáveis pelo desequilíbrio permanente das contas públicas.

O aumento da carga tributária é dos pontos polêmicos da proposta do Governo, mas a elevação é insignificante para a maioria dos contribuintes, especialmente se forem considerados seus benefícios para a economia. O problema de uma maior aceitação dos sacrifícios impostos pelo plano do ministro Cardoso está na incompetência do Governo em administrar os recursos públicos, permitindo gastos desnecessários com uma máquina administrativa ineficiente. O Governo fala em cobrar mais impostos e em reduzir os repasses para estados e municípios, mas não tem adotado uma postura convincente no sentido de conter os gastos públicos. O contribuinte vê com desconfiança promessas de corte nos gastos do Executivo e lhe dá arrepios quando se vê obrigado, mais uma vez, a pagar a conta.

Essa briga do presidente Itamar Franco com o Supremo, em torno dos salários das estatais, é ridícula quando se sabe que nenhum parlamentar, em ano eleitoral, terá coragem de aprovar uma MP que limita salários. A questão não é fixar limites, mas enxugar a máquina estatal por meio da aceleração do programa de privatização. É preciso acabar com a tentativa de esconder o sol com uma peneira e enfrentar o problema das estatais com decisão inquestionável. Mas, no momento, o ministro Cardoso tem transmitido muito mais a imagem de que só está em busca de mais recursos do que empenhado, de fato, em sanear as contas públicas.